



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES

JAMERSON MURILLO ANUNCIÇÃO DE SOUZA¹
MARCELLY BATISTA DE OLIVEIRA²

Resumo: O artigo trabalha sobre a hipótese de que o conservadorismo tem se constituído como a principal ideologia e estratégia política das classes dominantes no Brasil contemporâneo. Parte de uma caracterização da formação histórica e política brasileira, para situar as tendências específicas que essa ideologia assume nessa particularidade. Em sequência, expõem-se os traços centrais que definem o papel e a função do conservadorismo na construção da hegemonia das classes dominantes. Como pressuposto na análise, são recuperados alguns dos fundamentos do conservadorismo clássico, ensejando demonstrar sua atualização.

Palavras-chave: Conservadorismo; Ideologia; Luta de classes.

Abstract: The paper works on the hypothesis that conservatism has been constituted as the main ideology and political strategy of the ruling classes in contemporary Brazil. It is part of a characterization of Brazilian historical and political formation, to situate the specific tendencies that this ideology assumes in this particularity. In sequence, the central features that define the role and function of conservatism in the construction of dominant class hegemony are exposed. As presupposed in the analysis, some of the fundamentals of classical conservatism are recovered, proving to show its updating.

Keywords: Conservatism; Ideology; Class struggle.

1. INTRODUÇÃO

O conservadorismo se constitui como ideologia e estratégia política das classes dominantes no período da modernidade, coincidindo com o início da Revolução Francesa. Em princípio, definia-se como reação aristocrática contra as novas formas políticas, culturais e econômicas produzidas pela formação e consolidação do capitalismo. Porém, sobretudo após as revoluções de 1848, o conservadorismo aderiu ao capitalismo, consolidando, junto com o liberalismo,

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <jamersonsouza@ymail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

uma concepção de mundo e uma autoimagem correspondentes à condição de dominação de classe.

Abordamos o elementos centrais do conservadorismo em seu momento fundador. O objetivo é apanhar princípios e ideias que se atualizam na contemporaneidade, muito embora outras determinações históricas influenciem nessa atualização. Outra dimensão central é a abordagem do conservadorismo tomando-o como ideologia a partir das indicações ontológicas de Georg Lukács.

Discutiremos algumas mediações importantes entre o conservadorismo e o Serviço Social brasileiro, considerando as raízes históricas dessa profissão. Valores, ideias, princípios conservadores estiveram presentes no momento de gênese e institucionalização dessa profissão, e problemáticas como o sincretismo e o ecletismo acabam por se atualizar, reproduzindo traços do conservadorismo e sendo elementos de contradição em relação à formação do projeto ético-político profissional.

Orienta esse artigo a perspectiva teórica e metodológica do materialismo histórico e dialético. Trata-se de um estudo de natureza teórica, com revisão bibliográfica e abordagem qualitativa, e caráter exploratório. O objetivo central é situar em termos ontológicos o conservadorismo como ideologia e, a partir disso, identificar as mediações deste como estratégia política de classe. Com base nessas determinações, procuramos estabelecer algumas mediações com o Serviço Social.

2. ORIGEM, IDEIAS E PRINCÍPIOS CENTRAIS DO CONSERVADORISMO

Podemos conceber o conservadorismo como uma reação aristocrática à revolução francesa e às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. A recomposição dos regimes políticos que sucederam o período feudal envolveu, entre outras determinações, a ascensão da burguesia a quebra de alguns privilégios aristocráticos. Essa quebra está na origem do conservadorismo. A modernidade, então, caracteriza-se como a síntese das

profundas mudanças nas relações de produção e nas forças produtivas que marcaram a transição ao capitalismo.

Entretanto, contraditoriamente, o que poderia significar um avanço para humanidade, isto é, o exponencial aumento das capacidades produtivas advindas da revolução industrial, configurou-se como um novo padrão de dominação e exploração, mais profundo e diversificado. Manteve-se a estrutura de classes que se define pela divisão social do trabalho, porém, dirigida e hegemônica pela nova classe dominante: a burguesia, sobretudo em seus estratos mais elevados, ligados à indústria, às finanças e a burocracia estatal.

As repercussões históricas da atuação da burguesia revolucionária são de longo alcance, incidindo inclusive sobre o contemporâneo. Porém, logo após a destituição do regime feudal e a consolidação das relações de produção capitalistas, a burguesia abandona suas bandeiras de luta e assume um caráter antirrevolucionário, combatendo, sobretudo, as aspirações do proletariado.

Esta irreversibilidade, resultado da consolidação da ordem burguesa (ou seja: da dominância do modo de produção capitalista, no plano da economia, e do erguimento do Estado modelado pela burguesia, no plano da política), esta irreversibilidade faz muito mais que retirar do projeto restaurador quaisquer chances de viabilidade: altera o próprio papel sociohistórico da burguesia. (NETTO, 2011, p. 46).

Diante disto, a burguesia, como nova classe dominante se coloca contrária aos ideais assumidos durante a revolução e declara para si o papel de “defesa da ordem”. A partir de 1848, passa a combater quaisquer tentativas de revolta ou revolução por parte das classes subalternas, com destaque para o estreitamento das possibilidades de atuação da classe operária.

A cultura moderna, a que fizemos menção, deixa então de ser funcional à burguesia tornada classe dominante; expressão de sua vocação revolucionária, deve agora ser redimensionada para servir aos interesses da defesa do (seu) *status quo*. Inicia-se, assim, por volta de 1830, um profundo e complexo movimento, ao fim do qual aquela cultura ver-se-á *refuncionalizada* para atender às exigências que agora se põem à burguesia - trata-se de uma refuncionalização que terá por objetivo eliminar ou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão *emancipadora*; um analista deste movimento, certamente, caracterizou-o como “o rompimento com a tradição progressista” (COUTINHO *apud* NETTO, 2011): para a burguesia, a questão que se punha era lateralizar os núcleos que, na cultura ilustrada, guardavam

um potencial de crítica à sua dominação de classe. E a tarefa era tanto mais imperiosa quanto mais este potencial ficava ao alcance daqueles que, na ordem burguesa, mobilizavam-se agora para colocá-la em questão não numa direção restauradora, mas socialista (NETTO, 2011, p. 47).

Para Netto (2011), seguindo as indicações de Marx e Lukács, esta refuncionalização representou o processo de decadência ideológica da burguesia, assim como sua transposição à contrarrevolução permanente. A burguesia renuncia à sua herança cultural e emancipadora e adere defesa radical da ordem capitalista, definida pela propriedade privada dos meios de produção e pela centralidade da mercadoria como mediação universal das relações sociais. Como resposta à grande revolução, o conservadorismo, inicialmente, expressa os interesses dos aristocratas feudais, apresenta-se como opositor ao progresso e ao mesmo tempo exprime um projeto restaurador que em pouco tempo mostra-se inviável.

Diante dos acontecimentos desencadeados pela revolução burguesa e pelo Iluminismo, o pensamento conservador tornou-se arcaico para a cultura da Modernidade. Assim, seu caráter autoritário, antirrevolucionário, antiprogressista, colocava-o em posição contrária ao desenvolvimento capitalista e à industrialização, com isso, o resultado das propostas restauradoras tornaram-se obsoletas e utópicas. Entre os anos 1830 e 1848, ocorreram diversas manifestações democrático-populares, protagonizadas pelo emergente proletariado, reivindicando a efetividade dos princípios que deram origem à cultura moderna. Contudo, a concepção de mundo da burguesia acaba absorvendo as antigas aspirações conservadoras.

Queremos mostrar a refuncionalização do pensamento conservador clássico, quando essas mudanças alteram sua função sociopolítica e sua estrutura teórica. Como mostrou Netto (2011), as metamorfoses conservadoras, de sua origem com Burke (2014) à transmutação no pós-48, isto é, entre o conservadorismo antiburguês e o conservadorismo antiproletário, revelam a face de um conservadorismo que guarda repúdio da ação jacobina e a recusa de valores do iluminismo e, ao mesmo tempo, aceitam as determinações da ordem

burguesa. O conservadorismo se vincula, posteriormente, ao positivismo³, ofertando ideias e princípios para a sociologia, tornando-se um importante componente da cultura burguesa no período de decadência (LUKÁCS, *apud* NETTO, 2011).⁴

Entre outros, merecem destaque os seguintes princípios conservadores: a legitimação da autoridade e liberdade fundadas na tradição; liberdade restrita; a concepção de democracia como ineficiente forma de governo; repúdio à laicização; percepção da razão em níveis destrutivos e incapaz de ordenar a vida social; naturalização da desigualdade. Esse destaque se justifica porque é possível perceber a atualização desses princípios na agenda política de sujeitos individuais, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita do Brasil contemporâneo.

O pensamento conservador tende a conceber a natureza humana como covarde e egoísta, do que resulta a necessidade de tutela, controle e enquadramento pautado por alguma forma de autoridade, seja ela religiosa ou laica. Além do mais, adere a um conceito de ética que apregoa a conservação e naturalização da propriedade privada dos meios de produção, a ideia de família tradicional burguesa e nuclear, o cristianismo como única forma de espiritualidade legítima.

Com base nessas ideias e princípios, o conservadorismo clássico, e também o contemporâneo, tende a contribuir com o acirramento da intolerância política e cultural, com o autoritarismo político, e com a reprodução das formas de dominação extra econômicas que particularizam a sociedade brasileira. Confluindo com o liberalismo na defesa do capitalismo como forma insuperável de sociabilidade, o conservadorismo supõe que o conjunto das desigualdades

³ O positivismo surgiu na França no início do século XIX, tendo Augusto Comte como principal referência a essa corrente filosófica. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento autêntico, sendo assim, uma teoria somente é aceita se, for comprovada por meio dos métodos científicos válidos.

⁴ [...] desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de caráter científico. A atenção dos conservadores se voltará para a construção de um corpo de conhecimentos que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover *reformas dentro da ordem*), permita controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária.

de classes são não apenas naturais, mas também benéficas, uma vez que estimulariam a meritocracia e a busca privada e individual por melhorias das condições econômicas de vida.

3. O CONSERVADORISMO: ideologia e estratégia política de construção da hegemonia das classes dominantes

Nesta seção, perseguimos a definição teórica sobre a categoria da ideologia conforme o pensamento lukacsiano (LUKÁCS, 2012), uma vez que, baseado em fundamentos ontológicos do ser social, esse pensamento se distancia das ideias positivistas acerca da categoria *ideologia*. Pretendemos assim, resgatar elementos ontológicos ao debate das ideologias, e particularmente, ao debate do conservadorismo como ideologia e estratégia política das classes dominantes na sociedade brasileira contemporânea.

Para Marx, a ontologia consiste em identificar o ser social, como concreto, relacionado à dinâmica material de produção e reprodução das condições de existência. Articulada à essa dinâmica, relacionam-se categorias que se estruturam a partir do trabalho, como a cultura, os valores, a ideologia, a política. Sendo assim, a concepção de ideologia perpassa pelo contexto da vida social, no sentido ontológico das relações sociais, fundado no trabalho como modelo da práxis-humana.

Portanto, há uma dupla determinação, importante de ser sinalizada, da categoria da ideologia: a identificação do trabalho como sua base ontológica, e a impossibilidade de identificar sumariamente a ideologia com a falsa consciência. Isso porque a ideologia é uma categoria própria da reprodução social, com implicações diretas nos conflitos sociais no cotidiano. Assim, a categoria ideologia é um elemento ontológico da realidade, um traço do próprio ser social (LUKÁCS, 2013). Segundo Vaisman, a concepção de ideologia em Lukács tem como ponto fundamental a ideia do homem como um ser prático, “característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição

teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem” (2010 ~ 49).

Sendo assim, a ideia de ideologia está vinculada à existência do ser social, às circunstâncias que perpassam a dinâmica da vida social e às suas ações conscientes. A base da ideologia para Lukács, é determinada pela atividade humana, que é prática, cotidiana, mas também reflexiva, teórica. Portanto, do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social são realidades inseparáveis.

Nesse sentido, Lukács, baseando-se em Marx, formula uma caracterização mais restrita de ideologia que “consiste no fato de que os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico”. Na acepção restrita de ideologia, portanto, ideologia é instrumento de conscientização e de luta social “que caracteriza pelo menos aquelas (sociedades) da ‘pré-história’ da humanidade” (447). Ou seja, aquelas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, que por meio da ideologia conscientizam e enfrentam conflitos derivados de seus interesses contrapostos (VAISMAN, 2010, p.50).

No bojo dessas transformações, a classe dominante, pós-revolução francesa, apropria-se não apenas dos meios de produção, mas, sobretudo, da liberdade humana, de suas condições de existência, da riqueza socialmente produzida, do trabalho e de seu fruto, de direitos naturais e sociais, e toma para si também o poder político e ideológico – tem no Estado a maior instituição reguladora da vida em sociedade, um mecanismo de expansão ideológica das classes dominantes — que garantirá a construção de um projeto hegemônico que visa atender e fixar o predomínio do poder burguês.

A divisão da sociedade em classes sociais tem como ponto central a centralidade da reprodução social, com efeitos significativos para o processo ideológico, ou seja, a sociedade de classes inaugura uma forma de sociabilidade que prioriza a defesa da formação econômica, contra quaisquer indivíduos que se oponham à permanência de estruturas, sendo esses indivíduos definidos por inimigos a serem combatidos.

Assim, a conservação da estrutura e de seu funcionamento se transforma em conservação do status socioeconômico. Com isso, a contradição é imanente a esse tipo de sociedade, pois a permanência, a conservação e o próprio

aprimoramento deste tipo de ordenamento social, por si só, significa a manutenção e ampliação das relações que se definem pela exploração do homem pelo homem (SOUZA,2016).

Desta forma, as contradições persistentes no sistema do capital definem uma sociedade dividida em classes antagônicas, na qual os conflitos são funcionais aos padrões de dominação estabelecidos pela classe dominante. Portanto, o conflito de classes surge da contradição entre as forças do capital e a luta dos trabalhadores, em seus diversos segmentos.

Interessa ao capital e à burguesia dissolver preventivamente quaisquer focos de revolução, de manifestação popular, de transformação da sociedade que coloquem em risco os interesses dominantes, sobretudo porque, em virtude da resistência à exploração do capital a classe operária tem se colocado na contramão dos negócios capitalistas. É justamente nesse cenário de “resistências” que o conservadorismo se apresenta como uma ideologia, dentre outras, capaz de orientar a renovação do padrão capitalista de dominação e hegemonia.

Para defender sua condição, a burguesia necessita de argumentos ideológicos plausíveis e convincentes, capazes de garantir o predomínio das forças dominantes. Nesse sentido, no campo das intervenções políticas, sociais e culturais se encontra solo fértil para ajustamento ao pensamento conservador, uma vez que se apoia em discursos morais, políticos, éticos, religiosos e etc., para sustentar uma ideologia de classes que se encaixe nos padrões “naturalmente” constituídos, e que tenha como critério a “ordem na sociedade”.

Atualmente, temos assistido a emergência do pensamento conservador contemporâneo⁵ em várias esferas da sociabilidade. Isto porque ele vem se ampliando, apropriando-se e conquistando espaços na centralidade da vida social e cultural dos indivíduos de modo que, apropriando-se dos elementos essenciais de suas relações, revela-se como o pensamento capaz de conservar anseios, costumes e prática da vida social. Vale ressaltar, portanto, que o

⁵ Souza em artigo intitulado “O CONSERVADORISMO MODERNO: esboço para uma aproximação” atribui como período de formação do pensamento conservador moderno, aquele que surge a partir de finais da década de 1910 até 1960-70.

conservadorismo contemporâneo exhibe novas características, apesar de resgatar elementos de seu período fundador.

Para muitos estudiosos da área, a nova versão do *Conservadorismo* dificilmente assume uma filiação teórica ou tradição ideológica, ela valoriza o presente, aproxima-se do pragmatismo e do empirismo uma vez que estimam “o possível” e, sobretudo, não se opõe qualquer tipo de mudança, mas àquelas que possam emergir da classe dominada. Sendo assim, o conservadorismo contemporâneo, aparece dentre as várias ideologias como a mais atrativa ao domínio de classe da burguesia. Ele tem reordenado o modo de funcionamento das classes dominantes, tanto a nível nacional, quanto a nível internacional; ou seja, a ideologia conservadora tende à ocupação dos espaços intelectuais cultural e político da sociedade brasileira, fortalecendo a reprodução do capital

Em síntese, em momentos de crise estrutural do capital, o conservadorismo emerge como ideologia capaz de renovar as promessas burguesas de manutenção da ordem e desenvolvimento econômico. Sendo assim, procura condensar os anseios das classes dominantes e o imaginário das classes subalternas, no sentido de “salvar a sociedade”, misturando autoritarismo, voluntarismo e intolerância. Com essas características, o conservadorismo acaba aparecendo como uma importante ideologia e estratégia política para manutenção da sociedade burguesa.

4. MEDIAÇÕES ENTRE O CONSERVADORISMO E O SERVIÇO SOCIAL

Nesse sentido e contexto, o conservadorismo assume uma posição central no que diz respeito às contradições da profissão porque, por intermédio de mediações tanto intelectuais, quanto institucionais, resulta inscrito nas dimensões cotidianas da profissão, tanto naquelas eminentemente operativas, quanto em seu amadurecimento como área de conhecimento (MOTA, 2013).

No âmbito prático-operativo, comparece, como tendência-limite e sincrética, por meio do discurso e da reiteração de procedimentos, de acordo com o receituário institucional — expresso, geralmente, em metas, objetivos

específicos, prazos, público-alvo, planejamento, estatísticas, balanços, metodologias, sistematizações, em síntese, um conjunto de atividades racionalizadoras —, ele mesmo expressão da reprodução ampliada da sociedade burguesa. Sem cancelar as possibilidades de uma atuação crítica e generalista, ainda que dentro desses limites, tais exigências institucionais, bem como os condicionamentos que elas significam, não podem ser abstraídas, sob pena de deslizar para uma concepção voluntarista ou messiânica .

As mediações intelectuais, ligadas à produção de conhecimento, relacionam-se com a hegemonia do pensamento liberal e positivista, de caráter hiper-racionalista , de um lado, e de outro, com as tendências irracionistas e "pós-modernistas", no âmbito do pensamento social e filosófico, dentro e fora da academia. O avanço do Serviço Social como área de conhecimento, mantida a hegemonia marxista como direção, supõe agora um patamar mais elevado -- relação com as ciências sociais e com a filosofia.

Para além do diálogo crítico com tais sistemas de saber, o Serviço Social se coloca como produtor de conhecimentos que se contrapõem, hegemonicamente, à lógica apologética e conservadora que preside majoritariamente o debate intelectual burguês no Brasil. Portanto, também sob esse ângulo, a questão do conservadorismo apresenta-se como problemática crucial, nesse caso mediata, para o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Em paralelo, são igualmente decisivas as tendências conservadoras da política institucional do Estado brasileiro, com as quais se relacionam mais diretamente as entidades representativas da categoria.

Reforça essa ideia o fato de que a crítica ao conservadorismo ocupa lugar de destaque nas produções teóricas do Serviço Social que se voltam para o tema dos seus fundamentos teórico-práticos. Reproduzindo no plano da racionalidade crítica os dilemas e contradições reais, os intelectuais do Serviço Social construíram uma literatura que aborda sistematicamente essa questão. É possível afirmar que a construção dessa literatura parece compor um avanço importante para a formação de uma massa crítica ao conservadorismo, prioritariamente aquele que caracterizou boa parte de sua trajetória histórica e institucionalização — sem embargo das novas problematizações, que têm

enfocado algumas determinações contemporâneas, tanto teóricas quanto políticas, dessa ideologia .

Por suposto, a formação dessa massa crítica não é capaz, em si mesma, de transformar radicalmente as relações sociais nas quais está inserido o Serviço Social. Todavia, ela contribui efetivamente para elucidar a origem, a natureza e a função social das determinações com as quais a profissão se relaciona. Cumprindo esse papel fundamental, a produção de conhecimento sobre essa temática coopera no sentido de desmistificar as perspectivas ideológicas e teóricas de perfil moralizante, ou apologético; superar o messianismo e o fatalismo; situar os limites e as possibilidades da política, e da política institucional burguesa, no âmbito da reprodução capitalista; encaminhar alternativas mediatas, que envolvem a articulação com outros sujeitos coletivos.

5. CONCLUSÃO

A crítica ao conservadorismo é objeto central do Serviço Social brasileiro desde seu movimento de renovação (NETTO, 2005). A partir desse marco histórico, acumula-se um feixe significativo e diferenciado de reflexões que tematizam, entre outras dimensões, as relações entre algumas determinações (políticas, econômicas e culturais), que são características do conservadorismo, e o Serviço Social⁶. Tais estudos se constituem como uma resposta a uma questão objetiva: trata-se da necessidade de se fundamentar, nos âmbitos da teoria e da prática, a defesa da direção social estratégica enraizada no chamado "projeto ético-político" do Serviço Social.

Essa defesa é contraditória em relação ao movimento histórico da sociedade burguesa e, por isso, é sempre atravessada por tensionamentos, resistências e enfrentamentos. Ao tratar teoricamente a problemática do *conservadorismo*, o Serviço Social confere unidade a uma análise que se

⁶ Citando apenas alguns poucos fundadores, os escritos de Yamamoto (2011, 2012), José Paulo Netto (2005, 2009) e Leila Escorsim (2011).

estrutura em duas frentes. A primeira recupera as expressões sócio-históricas gerais do conservadorismo e a segunda ressalta suas incidências particularmente profissionais.

É possível identificar alguns pontos de contato entre certas ideias do *conservadorismo moderno* (principalmente econômicas e valorativas) com algumas palavras de ordem presentes no discurso de movimentos de extrema-direita, estes últimos têm fundamento ontológico e material, no geral e resguardadas proporções e mediações particulares, na ativação dos limites absolutos do capital.

Dentre as consequências dessa ativação, que é constitutiva da crise estrutural desde 1970, estão: a intensificação da exploração do trabalho pelo capital - na tentativa de reverter a queda da taxa de lucro, o desemprego crônico e seus desdobramentos, além da catastrófica crise ambiental. No que respeita a inspirações ideais, os fenômenos de "extrema-direita" estão aproximados de tendências irracionalistas ou de convergências decadentes da "miséria da razão" (COUTINHO, 2010). Isso significa um leque de influências que não se resume ao *pensamento conservador* em sentido estrito, concretizando uma cadeia causal complexa e multifacetária.

O *conservadorismo clássico*, surgido no período moderno, passou por transformações substantivas ao longo da história. Algumas de suas características iniciais foram revertidas, outras, intensificadas, além daquelas que se constituem como novas em relação ao período fundador. Essas transformações têm como fundamento histórico o desenvolvimento das contradições do sistema do capital (desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção).

Contradições que se particularizam do período de consolidação dos monopólios e da atual crise estrutural, que se arrasta insuperavelmente. Essa crise tem implicações conhecidas para a luta de classes e para o terreno amplo das alienações e ideologias. Esse fundamento histórico, explorado e antecipado por Marx e desenvolvido pela melhor tradição marxista, é pressuposto indispensável para o debate que objetiva atualizar algumas determinações

centrais do conservadorismo como ideologia e estratégia política das classes dominantes.

Abordar o conservadorismo como ideologia exige o empenho teórico de apropriação crítica dos expoentes dessa tradição, pois sem o exame dos fundamentos ídeo-políticos lançados pelos intelectuais, em suas obras e sínteses, a crítica ao conservadorismo pode recair em moralismos, que não contribuem para o sentido da emancipação humana na batalha das ideias e na luta de classes. Contrariamente à imagem que o conservadorismo, ele próprio, tenta produzir, como se houvesse um suposto “ser conservador”, entendemos que este não é um “modo de ser”, ou uma forma natural ou instintiva de atuação social ou política ou cultural, mas um dos resultados mais das alienações do capitalismo, que tem como correlatas as práticas fascistas.

Com raízes sociais profundas, algumas formas particulares da ideologia do conservadorismo repercutem também sobre o Serviço Social, para além de posicionamentos individuais, mas a partir da lógica institucional construída pelo Estado para intervenção sobre a “questão social”. Desse modo, o sincretismo e o ecletismo são problemáticas correlatas ao conservadorismo, pois resultam também dessa lógica, e terminam por repercutir na profissão elementos conservadores singulares, pressionando a direção social definida pelo projeto ético-político.

O conservadorismo, referência ideológica para a extrema-direita brasileira, está dando passos largos em termos de organização política e produção teórica no Brasil, seguindo uma tendência internacional. Com essa movimentação estratégica, está se conformando um "pensamento conservador à brasileira", que se coaduna e articula, como farol intelectual, às necessidades de conferir unidade política ao projeto das classes dominantes.

REFERÊNCIAS

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Tradução, apresentação e notas de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 264p.

DEMIER, F. HOEVELER, R. **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. São Paulo: Mauad X, 2016.

ESCORSIM, L. N. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, KARL. **O Capital**. 3. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988. 2 v.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução a filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

_____. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

_____. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, abr-jun. 2015.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. (Col. Grandes Ideias).

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo**. Tradução Guilherme Ferreira Araújo. São Paulo: É Realizações, 2015. 328p.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**, Rio das Ostras, ano 6, n. 12, out. 2010.